OECD – Revisão do sistema de avalição da educação superior no Brasil

Conclusões preliminares e recomendações

Resumo Executivo

Objetivos do trabalho

1. Avaliar a efetividade e eficiência do sistema nacional de avaliação da graduação e pós-graduação, considerando:
   - Sua contribuição para o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade;
   - A diferenciação dos instrumentos de avaliação da qualidade dos provedores de educação superior;
   - A promoção da elevação da qualidade da educação ofertada.

2. Indicar medidas para a melhoria do sistema existente, tendo em vista sua maior eficiência e efetividade.

Tópicos abordados

1. Avaliação da qualidade da graduação:
   - Papel do Enade e dos indicadores;
   - Relação entre as instituições de ensino e a avaliação externa;
2. Excelência na pós-gradução e recomendações para a Capes;
3. Supervisão da qualidade do sistema: opções para reforma da governança.

1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

- Característica central do sistema brasileiro: avaliação baseada em testes padronizados dos estudantes por curso (ENADE);
- Resultados do Enade como principal elemento de composição do Conceito Preliminar de Curso (CPC);
- Indicadores de curso utilizados para subsidiar a avaliação in loco.

PAPEL DO ENADE

- O objetivo formal do exame (medIR os resultados esperados pelas DCNs) não é realista;
- Aplicação complexa;
- A avalição derivada de 10 questões relacionadas a competências gerais não é suficiente para produzir um resultado confiável;
- Dificuldade em motivar e garantir a participação dos estudantes;
- Os testes aplicados não são comparáveis ao longo dos anos;
- Não há patamares de qualidade definidos: razoável, bom, excelente;
- A nota 3, considerada adequadA, reflete a média e não o padrão mínimo aceitável;
- Reduzido feedback para os estudantes.

INDICADORES

- CPC excessivamente baseado no ENADE;
- CPC carece de fundamentação teórica;
- IDD não é um indicador válido para medir valor agregado;
- Questionário do estudante (Enade) é útil, mas precisa ser aprimorado;
- Foco no corpo docente permanente penaliza os cursos profissionais;
- Faltam indicados de saída (empregabilidade etc.)

1º RECOMENDAÇÃO

Realizar uma avalição de custo-benefício em descontinuar a avaliação em grande escala baseada em testes padronizados.

- O que se ganha com esse sistema?
- Quanto custa o sistema atual?
- Quanto custaria para tornar o sistema mais efetivo?

2º RECOMENDAÇÃO

Em caso de manutenção do ENADE, torná-lo mais efetivo por meio de:

- Estabelecimento de objetivos mais realistas (competências gerais ou disciplinas específicas? Avaliação universal ou amostral?);
- Garantir parâmetros de comparabilidade;
- Estabelecer patamares de qualidade (razoável, bom e excelente);

- Tornar o teste importante para o estudante.

3º RECOMENDAÇÃO

Adotar um novo painel de controle de indicadores com um mais amplo espectro de medidas para monitorar o desempenho dos cursos e identificar os cursos vulneráveis.

- Utilizar indicadores de mais fácil compreensão:
    - Insumo (professores);
    - Processo (feedback dos estudantes);
    - Aprendizagem (novo Enade);
    - Eficiência (conclusão);
    - Resultados (empregabilidade).
- Monitorar todos os cursos;
- Focar as visitas in loco nos cursos mais fracos e, por amostragem, nos muito bons.

RELAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A AVALIAÇÃO EXTERNA

- Avaliação e regulação muito mais focadas nos cursos do que nas instituições;
- Processos de aprovação inicial (autorização e reconhecimento) são muito pesados para as IES, Inep e Seres;
- Autorização com foco nos insumos e processos;
- Processo de renovação do reconhecimento problemático:
    - CPC não é um indicador confiável;
    - Visitas in loco focadas nos insumos e processos, e não nos resultados;
    - Reduzido feedback para o aperfeiçoamento dos cursos;
    - Sanções pouco efetivas (a maioria dos cursos atinge nota igual ou maior que 3).
    - O foco nas instituições como unidade das avaliações é fraco e não associado à graduação e à pós-graduação;
    - Recredenciamento focado nos insumos e processos, e não nos resultados;
    - Foco limitado na melhoria da qualidade como parte integrante dos planos de desenvolvimento institucional.

1º RECOMENDAÇÃO

Facultar às boas instituições autonomia para credenciamento dos seus cursos quando demostrarem capacidade interna de garantia de qualidade e bons resultados.

- Tanto para instituições públicas quanto privadas;
- Visitas in loco mais longas e rigorosas, focadas nos procedimentos internos de garantia de qualidade e nos resultados apresentados;
- Criar incentivos para o desenvolvimento de capacidade nas instituições.

2º RECOMENDAÇÃO

Para as instituições que necessitarem credenciamento, promover uma divisão mais racional do trabalho e introduzir melhores indicadores para reduzir a carga sobre elas e elevar a efetividade da autorização inicial.

- Distinguir mais claramente a avaliação da infraestrutura da avaliação do ensino e dos conteúdos acadêmicos com a utilização de claros sistemas de checagem;
- Levar em consideração o feedback dos estudantes.

3º RECOMENDAÇÃO

Focar as inspeções in loco nos cursos de baixo desempenho e, amostralmente, nos de alto desempenho.

- Usar indicadores que permitam identificar cursos vulneráveis;
- Focar as inspeções nos problemas identificados pelos indicadores (sobretudo de resultados);
- Definir claramente os processos de melhoria dos cursos e de fechamento de cursos em caso de não melhoria.

2. EXCELÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO RECOMENDAÇÕES PARA A CAPES

- O sistema busca estabelecer um elevado padrão para a oferta de pós-graduação;
- Sistema baseado em avaliação de pares em disciplinas específicas;

- Foco na produção acadêmica dos docentes, mas reduzida importância para:
    - a relevância de novos cursos no cenário nacional da pós-graduação;
    - o desenho do curso, a estrutura de ensino e apoio aos estudantes.
- Os critérios específicos para os mestrados profissionais estão funcionando?
- Insuficiente foco na inserção profissional dos pós-graduados;
- A classificação atual de cursos nos níveis 6 e 7 não asseguram que esses sejam realmente de qualidade internacional.

1º RECOMENDAÇÃO

Maior foco na avaliação da relevância de novos cursos.

- Aumentar o peso da estrutura de ensino;
- Exigir planos de desenvolvimento;
- Incluir avaliadores externos ao campo acadêmico em questão nas avaliações iniciais;
- Ouvir mais vozes exteriores à academia (relevância para a sociedade).

2º RECOMENDAÇÃO

Tornar mais claros os objetivos de avaliações a cada quatro anos, focando menos no desempenho dos docentes e mais no resultado dos estudantes.

- Aumentar o peso do progresso do estudante na avaliação;
- Incluir sistema de monitoramento e avaliação da inserção profissional dos pós-graduados.

3º RECOMENDAÇÃO

Verificar se os programas classificas nos níveis 6 e 7 têm efetiva perspectiva internacional.

- Envolver acadêmicos estrangeiros na segunda avaliação de cursos classificados nestes níveis;
- Reduzir o número de cursos nesta categoria;

- Fortalecer o apoio complementar dos programas da Capes e do CNPq aos cursos de excelência.

4º RECOMENDAÇÃO

Manter o sistema atual de avaliação orientando-o para o futuro.

- Ampliar o ciclo de avaliação para 5 anos;
- Estabelecer um plano de transição de longo prazo para o estabelecimento de autocredenciamento de instituições e cursos;
- Avaliar o papel dos mestrados profissionais dentro do sistema de pós-graduação e a efetividade do seu sistema de avaliação.

3. SUPERVISÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA: OPÇÕES PARA REFORMA DA GOVERNANÇA

FORÇAS

- Avaliação externa encontra-se bem implantada e amplamente aceita.
- Apesar da rápida expansão, o sistema apresenta um alto grau de conformidade;
- Debate intenso sobre as forças e fraquezas dos instrumentos de aferição de qualidade na Conaes, MEC e Inep;
- Base sólida de coleta de dados e da organização logística dos processos de avaliação;
- Capes usufrui de reputação nacional e internacional.

FRAQUEZAS

- Conflito de responsabilidades no interior do MEC: sistema de planejamento; supervisão direta das instituições federais; avaliação e regulação.
- Conaes carece de recursos e de independência para desenvolver o seu trabalho;
- As associações profissionais são relativamente fracas e não têm foco na promoção da qualidade.

1º RECOMENDAÇÃO

Criar um Agência reguladora do ensino superior, juntando os papéis de supervisão e regulação da SERES e as atividades da avaliação do INEP, que seja:

- Independente do setor educacional e da política (financiada por meio de taxas);
- Rever as estruturas organizacionais e de pessoal requeridas, observando recomendações para a simplificação e fortalecimento dos procedimentos.

2º RECOMENDAÇÃO

Fortalecimento da CONAES como conselho consultivo.

- Ampliar suas perspectivas dentro e para além do ensino superior;
- Garantir sua independência do governo (mandatos fixos e de renovação parcial no tempo);
- Garantir-lhe pessoal e recursos para desempenhar seu papel de direção e avaliação do SINAES.

3º RECOMENDAÇÃO

Reestruturar o MEC de forma a garantir que o dirigente tenha uma visão completa e estratégica de todo o sistema federal de educação superior.

- Separar o sistema estratégico do de operação das universidades federais;
- Considerar adequadamente o papel do sistema privado no desenvolvimento do sistema.